
**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 41ª Reunião Ordinária de

Data: 14/10/2015

Local: Sala 2 – Subsolo CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (SMU/CGPU/CMP); Cláudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta Gomes (SMU/CGPU/CMP); Maria do Carmo (SMU/CGPE); Gracira Silveira (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Nelson Coutinho (Geo-Rio); Paulo Roberto Jardim (Comlurb); Antonio Carlos Velloso (SMTR); Henrique Torres (CET-Rio); Rosane Lopes de Araújo (SMH); Valeria Barbosa de Novais (SMO); Elvira Rossi (Rio-Urbe); Leonardo de Paiva Ferreira (Rio-Urbe); Davi Becker (Defesa Civil); Roberta Gama (CVL).

Observadores: Sandra Serratine (SMO/Sub-Secretária); Ana Luna (SMH); Rubens Carvalho (SMU/CGPU); Gustavo Barreto (SMU/CGPU).

A reunião foi iniciada às 10:15 horas.

Assuntos tratados:

Daniel (CMP) inicia a reunião do Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor com a leitura das atas da 39ª e 40ª reuniões, que foram aprovadas pelos membros presentes.

Em seguida Daniel (CMP) faz os seguintes informes:

- O Plano Estratégico está em fase de definição da Visão, Indicadores e Metas. A Coordenação do CTPD está levando as demandas do Plano Diretor, com base em diversas reuniões que têm contado com a presença de representantes dos órgãos setoriais que compõem o CTPD. Agradecemos aos órgãos que vêm contribuindo para que as ações estruturantes e demandas do Plano Diretor sejam incorporadas pelo Plano Estratégico.
- O processo externo de avaliação do Plano Diretor terá início em Novembro. Haverá um lançamento oficial, oficinas e um seminário abertos. A Coordenação do CTPD está desenvolvendo em conjunto com o LabRio a marca, site e plataforma colaborativa de discussão e levantamento de propostas. Na próxima reunião do CTPD, dia 21/10, haverá uma rápida exposição do LabRio sobre o assunto. Haverá uma reunião de fechamento da etapa interna da avaliação do Plano Diretor e contribuições para o Plano Estratégico no dia 30/10/2015.
- A pedido do Prefeito, a SMU está desenvolvendo um proposta de Plano de Estruturação Urbana para Santa Cruz, que está contando com a participação de diversos órgãos, inclusive de órgãos e instâncias externas à Prefeitura.

Daniel (CMP) informa que na reunião de hoje serão feitas as apresentações da RioUrbe, GeoRio e Defesa Civil sobre a avaliação das ações estruturantes da políticas setoriais do Plano Diretor pertinentes aos órgãos e em seguida passa a palavra a Sandra Serratine (SMO) que inicia os trabalhos fazendo um resumo das atribuições e dos procedimentos operacionais da Secretaria Municipal de Obras (SMO).

Sandra Serratine (SMO) relata que a Secretaria de Obras está envolvida nas ações de várias políticas setoriais, seja de forma direta, seja por meio da RioUrbe e GeoRio, que são órgãos ligados à SMO. Destaca que as obras que realiza são demandas das demais Secretarias do Município e os projetos são desenvolvidos, com a participação destas. Enumerou algumas ações, entre as quais destacou a construção dos corredores de BRT, a Fábrica de Escolas, os Bairros Cariocas e a duplicação do Elevado do Joá. Ressaltou que a secretaria trabalha com prazos curtos e em geral desenvolve projetos executivos a partir dos conceituais e, por vezes, se depara com situações de grande complexidade, devido aos problemas fundiários, à dificuldade de identificação da titularidade dos lotes

nos processos de desapropriação, à necessidade de interface entre diversos órgãos de diferentes instâncias governamentais para licenciamento das obras públicas e às dificuldades decorrentes do processo de cessão de uso para os empreendimentos públicos de grande porte.

Sandra Serratine (SMO) observa que o processo de licenciamento junto aos órgãos públicos (internos e externos) não acompanha a necessidade de celeridade dos prazos de execução das obras.

Sandra Serratine (SMO) termina sua intervenção fazendo um apelo pela integração e fortalecimento da parceria entre os órgãos da Prefeitura e reitera a sugestão da implementação de uma rotina de licenciamento conjunto.

Daniel (CMP) agradece a participação de Sandra e argumenta que a atribuição desse grupo é pensar à frente, é planejar as ações da Prefeitura com base no Plano Diretor de forma a aprimorar os procedimentos e a operacionalização das ações.

Adriano (IPP) menciona que o Sistema Geo Vias está em funcionamento e em fase de aperfeiçoamento para possibilitar o licenciamento totalmente on line das obras subterrâneas a cargo das concessionárias e sugere estudar a possibilidade de efetuar procedimento semelhante no licenciamento das demais obras públicas.

Monica (CMP) pergunta se todos os órgãos da Prefeitura já têm acesso ao Sistema Geo Vias.

Leonardo (RioUrbe) inicia sua apresentação relatando um panorama das atribuições, estrutura e histórico da atuação da RioUrbe. Informa que se trata de empresa pública de capital fechado que tem a Prefeitura como único acionista e principal cliente. Projeta e executa obras para várias secretarias, como Desenvolvimento Econômico Solidário, Proteção e Defesa dos Animais, Cultura, Desenvolvimento Social, Esportes e Lazer, da Pessoa com Deficiência, Coordenação de Governo, Ordem Pública, Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia. Destaca que o Projeto da Nave do Conhecimento, do arquiteto Dietmar Stark da RioUrbe, foi premiado internacionalmente.

Leonardo (RioUrbe) argumenta que a definição de equipamentos urbanos que consta no artigo 18 do Plano Diretor é muito genérica. Além disso, aponta que o tema é tratado de forma pulverizada dentro das políticas setoriais de educação, saúde, assistência social e cultura.

Leonardo (RioUrbe) aponta que há dificuldade na aquisição de lotes para a implantação dos equipamentos públicos pois existe uma demanda por novos equipamentos maior que os lotes disponíveis. Além disso, os lotes têm dimensões incompatíveis com os programas em curso. Considera que essa situação gera disputa entre órgãos pelos terrenos disponíveis de praças.

Leonardo (RioUrbe) apresenta algumas tipologias de equipamentos que estão sendo implantados, e demonstra a incompatibilidade destas com as dimensões do lote para doação determinadas pelo Decreto 322/1976, ainda em vigor.

Leonardo (RioUrbe) aponta a necessidade de desenvolvimento de uma política para implantação de equipamentos públicos com a definição de parâmetros espaciais, ambientais e urbanísticos. Indica ainda a necessidade de maior flexibilidade nos projetos da RioUrbe, considerando inclusive a possibilidade de soluções verticalizadas.

Henrique (CET-Rio) afirma que a eliminação ou redução da exigência de vagas de garagem para equipamentos públicos ajudaria na diminuição na demanda por áreas e questiona por que, ao invés de vagas de garagem, não exigir uma distância máxima até o transporte público.

Daniel (CMP) questiona como viabilizar o acesso aos equipamentos públicos tendo em vista os terrenos exíguos e as exigências de afastamentos e recuos.

Maria do Carmo (SMU/CGPE) sugere uma maior interface entre os órgãos para refletir em conjunto sobre os modelos.

Daniel (CMP) sugere uma maior interface com os proprietários particulares, a viabilização

do grupo multidisciplinar para licenciamento conjunto das obras públicas de grande porte e a melhoria dos procedimentos internos.

Cláudia (CMP) argumenta que, além da necessidade de inclusão da Política de Equipamentos Públicos Urbanos na revisão do PD em 2021, já apontada, deve-se tratar das demandas espaciais por equipamentos urbanos dentro do Plano de Ordenamento Territorial (POT).

Nelson (Geo-Rio) inicia a apresentação tratando do histórico e da missão da Geo-Rio, que foi criada há 50 anos com o objetivo de tratar da segurança das encostas e de realizar obras estruturantes, fornecendo assim segurança para quem transita e mora na Cidade do Rio de Janeiro. Nelson relata os principais problemas e demandas relacionados com a estabilização de encostas destacando: a ocupação irregular de encostas; deslizamentos em vias; problemas associados à resistência e à resiliência da Cidade em relação aos acidentes geológicos (escorregamentos), principalmente aqueles deflagrados por chuvas intensas, cortes e aterros inadequados, ruptura ou adulteração nas estruturas de arrimo pela ação antrópica e deficiência de drenagem.

Nelson (Geo-Rio) levanta algumas soluções relativas à ocupação irregular: multiplicação e fortalecimento dos POUSOs; acompanhamento sistemático das ocupações irregulares (com fotos de satélite, aéreas, drones entre outros) para impedimento de aumento da área ocupada; e a criação de uma Força Tarefa para garantir a não ocupação de áreas sensíveis e de preservação.

Sobre o risco de deslizamento em vias públicas, Nelson (Geo-Rio) recomenda a criação de Programa de Mapeamento de Risco ao longo das vias urbanas; a implementação de melhorias (ampliação, desobstruções, etc.) nos sistemas de drenagem ao longo de estradas e vias situadas nas encostas; e a execução de programas de obras de estabilização específicos para proteção dos taludes marginais às vias.

Por fim, Nelson (Geo-Rio) trata das ações relativas aos problemas associados à Resiliência, indicando a necessidade de: manutenção/atualização da legislação vigente para o licenciamento geotécnico de obras públicas e particulares; e o prosseguimento e

fortalecimento do Programa de Gestão e Mitigação do Risco Geológico, implantado pela Fundação GEO-RIO em 2010.

Mônica (CMP) encerra a reunião às 12h35.

ENCAMINHAMENTOS

A apresentação que seria feita pela Defesa Civil foi transferida para a próxima reunião.